



GOVERNO DE
PORTUGAL

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
E CIÊNCIA



PROGRAMA DAS ATIVIDADES DE ENRIQUECIMENTO CURRICULAR NO 1.º CICLO DO ENSINO BÁSICO

Relatório de Acompanhamento 2011/2012



Índice

Índice	3
Apresentação.....	4
Sumário Executivo	5
Recomendações	6
Nota Metodológica.....	7
Acompanhamento do programa	9
Apoio ao Estudo	9
Modalidades da Componente de Apoio à Família (CAF).....	9
Aspetos organizacionais.....	10
Horários de funcionamento.....	10
Adequação de recursos humanos	11
Adequação de recursos físicos.....	12
Articulação entre parceiros	12
Integração de alunos com NEE	12
Envolvimento dos Pais/Encarregados de Educação	13
Aspetos pedagógicos	14
Integração Curricular	14
Articulação horizontal.....	14
Supervisão do PTT – dinâmicas de supervisão	14
Articulação com os Departamentos Curriculares	15
Integração das AEC nas dinâmicas de Escola.....	15
Considerações Finais.....	15

Apresentação

O Programa das Atividades de Enriquecimento Curricular no 1º Ciclo do Ensino Básico – correntemente designado de AEC – encontra-se regulamentado pelo Despacho n.º 14460/2008, de 26 de maio com a redação que lhe é dada pelo Despacho n.º 8683/2011, de 28 de junho. As AEC tiveram a sua génese no ano letivo de 2005/2006, com o Programa de Generalização do Ensino de Inglês nos 3.º e 4.º anos do 1.º ciclo do ensino básico público e evoluíram para uma oferta mais abrangente. O ano de 2011/2012 foi o sexto ano da sua implementação.

As AEC pretendem cumprir o duplo objetivo de garantir a todos os alunos do 1º Ciclo, de forma gratuita, a oferta de um conjunto de aprendizagens enriquecedoras do currículo e geradoras de oportunidades, ao mesmo tempo que promovem a articulação na organização de respostas no domínio do apoio à família.

De acordo com o Despacho supramencionado, compete à Comissão de Acompanhamento do Programa (CAP), entre outros aspetos, acompanhar a execução do programa e produzir um relatório anual de avaliação. A CAP é composta pelo Diretor-Geral da DGE e pelos Diretores Regionais de Educação. Os representantes da Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP), da Confederação Nacional das Associações de Pais (CONFAP), da Associação Portuguesa de Professores de Inglês (APPI), da Associação Portuguesa de Educação Musical (APEM), do Conselho Nacional das Associações de Professores e Profissionais de Educação Física (CNAPEF) e da Sociedade Portuguesa de Educação Física (SPEF), têm vindo igualmente a participar nas atividades da CAP, conforme previsto no referido Despacho.

Para além da intervenção contínua da CAP, o acompanhamento das AEC, em 2011/2012, efetivou-se através da realização de visitas de acompanhamento cuja metodologia previa a observação das atividades por peritos indicados pelas Associações de Professores e com a presença do professor titular de turma (PTT), bem como a interação com diferentes intervenientes no processo.

O presente relatório organiza-se em torno da monitorização do programa pela CAP, utilizando os relatórios produzidos pelas Direções Regionais de Educação e pelas Associações Profissionais.

Sumário Executivo

- Horários**
- A flexibilização dos horários facilita a gestão dos recursos (humanos e físicos) mas pode ser prejudicial ao bom desenvolvimento da atividade curricular e limitar a opção de frequência das AEC.
 - A organização das atividades em blocos de 90' permite maior estabilidade aos alunos e melhor gestão dos recursos mas, algumas atividades e/ou anos de escolaridade, pode ser excessiva.
- Recursos físicos**
- Os novos centros educativos permitem colmatar lacunas a nível de espaços e materiais, nomeadamente os problemas provocados pela permanência dos alunos, em sala de aula, por um período excessivo de tempo.
- Recursos humanos**
- A participação dos agrupamentos no processo de seleção e recrutamento dos técnicos tem vindo a generalizar-se permitindo uma maior adequação do perfil dos profissionais à realidade de cada escola.
 - A continuidade dos técnicos permite uma melhor gestão dos recursos, facilita o processo de articulação e integração potenciando a continuidade pedagógica e uma melhoria do seu desempenho.
- Alunos com NEE**
- A integração dos alunos com Necessidades Educativas Especiais (NEE), através dos Projetos Educativos Individuais (PEI), já se verifica em muitos agrupamentos.
 - Em situações pontuais, a falta de pessoal não docente bem como a não consideração das AEC na elaboração dos PEI, são fatores condicionadores da integração destes alunos.
- Articulação entre parceiros**
- A definição, numa fase inicial do processo, de procedimentos e responsabilidades é uma preocupação dos diferentes intervenientes e um elemento facilitador no desenvolvimento das AEC.
- Articulação horizontal**
- A articulação dos técnicos das AEC com o PTT e com os departamentos do 1.º ciclo bem como a integração das AEC nos Planos de Turma, numa lógica de articulação e complementaridade, é já uma prática instituída na maioria dos agrupamentos.
- Articulação vertical**
- Os órgãos de gestão dos agrupamentos estão mais sensibilizados para a necessidade de criar condições para o incremento da articulação vertical.
- Supervisão**
- A supervisão é uma prática estabelecida na maioria dos agrupamentos com dinâmicas de acompanhamento técnico/pedagógico diferenciadas em função das suas especificidades. A adequação das estratégias potencia o incremento da articulação horizontal e vertical.
- Pais**
- Os pais/encarregados de educação estão muito recetivos a estas atividades e reconhecem a mais-valia que as mesmas representam para os seus educandos.
- Geral**
- As AEC proporcionam oportunidade de desenvolvimento, em momentos e espaços mais variados que os que acontecem durante a atividade letiva, de aptidões sociais, artísticas, tecnológicas e cívicas, que conferem um sentido mais amplo ao desenvolvimento integral dos alunos.

Recomendações

- Integração do inglês no currículo permitindo assim uma homogeneização da proficiência dos alunos.
- Prever, no horário dos técnicos, tempo para planificação e avaliação das atividades, bem como para a articulação com outros profissionais e entidades (se aplicável).
- Maior envolvimento/responsabilização das entidades promotoras quando estabelecem parcerias para o desenvolvimento da(s) atividade(s).
- Definição, em sede própria dos agrupamentos, das atribuições dos diferentes intervenientes no processo de acompanhamento e supervisão articulando, sempre que necessário, com a entidade promotora e/ou parceira (se aplicável).
- Garantir o cumprimento do Currículo Nacional do 1º Ciclo do Ensino Básico, assegurando que nenhuma das suas áreas é descurada a favor das AEC.
- Contemplar os PEI com informação relativa às condições de frequência das AEC.
- Continuar o trabalho no âmbito da articulação vertical. Incrementar a articulação entre ciclos.
- Integração/articulação das AEC no currículo formal dos alunos, através do Projeto de Turma, resultante da articulação entre os PTT e os técnicos das AEC, potenciando a sua ação educativa/formativa.
- Continuar a monitorização do programa numa perspetiva de autonomia dos agrupamentos como estratégia privilegiada de recolha de informações, em função de diferentes contextos.

Nota Metodológica

O presente relatório foi elaborado tendo por base os relatórios anuais das Direções Regionais de Educação e das restantes entidades que integram a Comissão de Acompanhamento do Programa.

A monitorização do Programa das Atividades de Enriquecimento Curricular no 1º Ciclo do Ensino Básico, procura recolher informações sobre o funcionamento das AEC, com particular incidência nos domínios pedagógico e organizacional. A CAP, no sentido de assegurar o cumprimento das responsabilidades constantes no diploma das AEC e tendo presente a autonomia e competências cometidas aos agrupamentos pela legislação vigente, aprovou uma metodologia assente nestas duas abordagens, procurando reforçar/incentivar o papel das direções dos agrupamentos de escolas/escolas não agrupadas na integração plena das AEC nos estabelecimentos de educação e ensino.

De acordo com a sua dimensão, cada DRE, selecionou os agrupamentos de escolas/escolas não agrupadas correspondentes a 7% da sua área de influência. A seleção teve em conta, entre outros aspetos, os relatórios de avaliação externa da IGE, as dificuldades reportadas bem como as diferentes realidades (dimensão dos agrupamentos, localização, horários, entidades promotoras,...).

Em cada agrupamento de escolas foi selecionada uma escola e duas atividades por escola (preferencialmente uma turma de Atividades Lúdico-Expressivas (ALE) mais outra atividade ou, caso não existisse a oferta de ALE, uma turma de Ensino do Inglês mais outra atividade). Estas turmas poderiam diferir por atividades e níveis de escolaridade.

As DRE coordenaram as visitas de acompanhamento realizadas tendo a organização da observação das atividades e a coordenação das reuniões subsequentes sido da responsabilidade da direção dos agrupamentos de escolas/escolas não agrupadas.

Nestas visitas foi utilizada uma metodologia, que integrou o seguinte conjunto de ações:

1. Observação das atividades - Ensino do Inglês, Ensino da Música, Atividade Física e Desportiva, Atividades Lúdico-Expressivas e Outra(s) Atividade(s).

Esta ação concretizou-se pela observação de duas atividades de enriquecimento curricular, onde esteve presente o professor titular de turma e um observador especialista da respetiva área, sempre que possível indicado pelas Associações de Professores que integram a CAP.

2. Realização de uma “Mesa-redonda”, por agrupamento, com os membros da comunidade educativa envolvidos no processo.

Esta ação, coordenada pelo diretor do agrupamento de escolas/escola não agrupada, consistiu numa reflexão orientada por um conjunto de tópicos de discussão no âmbito do funcionamento do Programa e, em particular, sobre a articulação horizontal e vertical das atividades de enriquecimento curricular. Os membros da comunidade educativa indicados para participarem na “mesa-redonda” foram os seguintes:

- a) O Diretor do Agrupamento de Escolas (enquanto responsável pela organização e gestão das atividades escolares e enquanto Presidente do Conselho Pedagógico);

- b) Coordenadores de Departamento (1º ciclo e áreas disciplinares das AEC)
- c) O elemento da DRE (opcional)
- d) O(s) professor(es) titular(es) das turmas observadas;
- e) 1 representante dos pais e encarregados de educação;
- f) 1 representante da entidade promotora / Coordenador das AEC (caso existisse);
- g) Os técnicos das AEC das turmas observadas;
- h) 1 representante de cada uma das entidades parceiras (caso existissem);
- i) Os observadores que participaram no acompanhamento.

Após a observação das atividades nalguns dos agrupamentos de escolas/escolas não agrupadas foi considerada mais profícua a realização de uma reunião, em alternativa, apenas de cariz iminentemente pedagógico.

O diretor do agrupamento de escolas/escola não agrupada elaborou um relatório síntese da visita o qual foi disponibilizado a todos os intervenientes para contributos e, posteriormente, remetido para a DRE da sua área.

De salientar a importância do envolvimento da direção do agrupamento de escolas/escolas não agrupadas na organização destas visitas de acompanhamento tendo em vista uma melhoria dos resultados e a legitimação da inclusão das AEC nos respetivos processos internos.

A DREN considerou que, na sua área de influência, sem abandonar o modelo definido em CAP, deveria adotar uma metodologia diferenciada investindo na atribuição de uma maior autonomia aos órgãos de gestão dos agrupamentos de escolas/escolas não agrupadas na responsabilidade pelos mecanismos de acompanhamento e monitorização do programa das AEC, inscritos nos seus processos de avaliação. De referir que, nalguns casos, houve recurso a entidades externas, nomeadamente instituições de ensino superior. Foi no entanto, recolhida informação tendo em vista a obtenção de dados para o relatório nacional. Assim, naquela região, foram seguidas 3 metodologias: a definida em CAP; a proposta pela DREN e uma conjugação destas duas opções.

Este relatório procura, pois, sintetizar os dados recolhidos no âmbito do sistema de monitorização definido pela CAP, nomeadamente relatórios das Direções Regionais de Educação, das Associações Profissionais e da CONFAP.

Acompanhamento do programa

Em 2011/2012 foram acompanhados 58 Agrupamentos de Escolas (DREN - 18; DREC - 11; DRELVT - 17; DREAlé - 8 e DREAlg - 4) os quais abrangeram as diferentes tipologias de Entidade Promotora (37 Autarquias, 13 Agrupamento de Escolas, 5 APEE e 2 IPSS).

No que se refere à caracterização das turmas é de salientar que estas contemplaram os 4 anos de escolaridade e diferentes organizações de turma (turmas só com um ano escolaridade e turmas com mais do que um ano de escolaridade).

A observação das atividades abarcou as várias ofertas, nomeadamente o Ensino do Inglês e as Atividades Lúdico-Expressivas que, embora resultando de um conjunto de atividades existentes no terreno, surgiram neste ano letivo com um novo enquadramento legal.

Importa, pois distinguir os constrangimentos e potencialidades bem como os resultados destes momentos de observação/reflexão.

É de referir que na DREN a proposta foi muito bem acolhida tendo os agrupamentos de escolas/escolas não agrupadas reconhecido a necessidade de adotar práticas similares e sistemáticas que promovam a avaliação e suportem as decisões. De referir que, nalguns casos, estes processos já existiam mas careciam de dispositivos de planeamento estratégico.

Apoio ao Estudo

É identificado por muitos professores titulares de turma como pouco eficaz pois é frequentado por todos os alunos. Consideram que esta atividade deveria ser frequentada apenas pelos alunos com mais dificuldades. De referir que esta atividade é de frequência facultativa mas em 2011/2012 a sua taxa de abrangência foi de 99,6%.

Modalidades da Componente de Apoio à Família (CAF)

O recurso à componente de apoio à família tem particular incidência, no serviço de almoço e nos prolongamentos. A sua oferta apresenta variações em função da região sendo particularmente expressiva na região Centro e na região de Lisboa e Vale do Tejo.

De referir que nas escolas onde não existe oferta de CAF os funcionários das escolas, muitas vezes, asseguram a guarda dos alunos no período antes das atividades letivas.

Aspetos organizacionais

No que concerne aos aspetos organizacionais deste programa importa salientar que a experiência adquirida ao longo do tempo se traduz em melhorias neste âmbito. Esta realidade é tanto mais visível quanto maior é a estabilidade das entidades envolvidas no processo.

Horários de funcionamento

A organização dos horários regista uma evolução positiva e sustentada. Em muitos agrupamentos de escolas/escolas não agrupadas há recurso à flexibilização de horários o que permite melhor oferta de horários para os técnicos e, conseqüentemente, a possibilidade a fixação e/ou a contratação de profissionais mais qualificados. No entanto para que esta modalidade seja viável é necessário que a mesma seja aferida com o PTT garantindo assim a articulação entre este e os técnicos resultando, muitas vezes, numa melhoria das práticas pedagógicas. A flexibilização permite, igualmente, uma maior aproximação aos horários praticados no 2º ciclo.

No entanto, mesmo entre aqueles que veem na flexibilização uma mais-valia, muitos pensam que esta deve ser evitada nas turmas de 1º/2º anos e não deve ter lugar à segunda-feira pois é um dia em que deve ser privilegiado o trabalho curricular.

A opção pela flexibilização é contestada por alguns PTT por consideram que esta compromete o ritmo de aprendizagem dos alunos pois nas últimas horas, devido ao cansaço, os alunos apresentam menor concentração o que se revela prejudicial para as atividades curriculares.

O recurso à flexibilização apresenta também constrangimentos para os agrupamentos de escolas/escolas não agrupadas e para os pais/encarregados de educação pois, nas situações em que há alunos que não frequentam as AEC, é muito difícil, devido à escassez de pessoal, garantir que esse tempo é mais do que a guarda dos alunos. De igual modo os pais/encarregados de educação veem assim limitado ou mesmo retirado o carácter facultativo destas atividades.

No que se refere à duração diária das atividades a sua organização em blocos de 90 minutos, pode proporcionar uma maior estabilidade para as crianças, os técnicos e os PTT bem como uma maior proximidade ao sistema de monodocência. Esta distribuição da carga horária pode, de igual modo, ser potenciadora de uma menor dispersão dos alunos e de uma melhoria das questões de indisciplina. Importa, no entanto, referir que os bons resultados desta opção dependem, em grande parte, da metodologia adotada, da possibilidade da planificação considerar tempos de pausa e alternância de espaços, entre outros aspetos. De salientar que nos casos dos alunos do 1º e 2º anos de escolaridade, particularmente no *Ensino do Inglês*, a concentração da duração semanal da atividade num único dia pode ser excessiva. É também de considerar que esta atividade, a par do *Ensino da Música*, beneficiam com uma distribuição por blocos mais pequenos (2 x por semana).

Adequação de recursos humanos

A seleção e recrutamento dos técnicos para ministrar as AEC é uma área de primordial importância para a consecução das atividades.

Quando a contratação dos técnicos é feita pelas entidades promotoras, através da plataforma SIGRHE, os agrupamentos de escolas/escolas não agrupadas estão diretamente envolvidos no processo de seleção e recrutamento dos técnicos. Este envolvimento pode gerar uma maior adequação dos recursos humanos à atividade a ministrar e à realidade de cada escola facilitando a integração dos profissionais e a articulação entre os diferentes intervenientes.

Nos casos em que a contratação é efetuada por uma entidade parceira os agrupamentos de escolas/escolas não agrupadas não estão, normalmente, envolvidos diretamente no processo. Só à posteriori recebem a documentação que lhes permite aferir das habilitações dos técnicos. Este procedimento revela-se mais moroso o que pode por em causa a qualidade da oferta.

Quando se verifica a continuidade dos técnicos, situação particularmente visível no caso de manutenção de entidades parceiras, a gestão dos profissionais a afetar às diferentes atividades encontra-se facilitada, particularmente no que concerne à sua substituição seja por falta ou por denúncia dos contratos. A manutenção dos profissionais é particularmente pertinente na implementação e dinamização dos processos de articulação horizontal e vertical.

No que concerne ao perfil dos técnicos é de registar que, maioritariamente, estes são detentores das habilitações definidas na legislação vigente para a atividade que se encontram a ministrar. Apesar desta adequação registam-se lacunas ao nível da formação pedagógica para trabalhar com este nível de ensino. Para minimizar e /ou obviar estas dificuldades é particularmente pertinente a deteção atempada das mesmas, nomeadamente através do processo de supervisão pedagógica, e o acompanhamento por parte do PTT e/ou departamentos curriculares ao longo do ano letivo.

A mudança de técnicos ao longo do ano aliada à dificuldade na sua substituição e ao tempo, por vezes bastante extenso, que decorre até à contratação de outro profissional é um obstáculo ao bom desenvolvimento do programa e à consecução dos objetivos definidos. Nalguns casos é mesmo necessário substituir a atividade devido à falta de técnicos com as habilitações preconizadas.

Nos casos em que é necessário proceder à substituição temporária dos técnicos esta é muitas vezes assegurada pelo próprio agrupamento. É, no entanto, de salientar que algumas entidades já dispõem de bolsa de substituição e, outras, organizaram os seus técnicos/coordenador para assegurar a atividade.

As dificuldades no processo de avaliação dos técnicos foram também referidas pois, embora estes profissionais desempenhem o seu trabalho maioritariamente nos agrupamentos de escolas/escolas não agrupadas, cabe ao contratador (entidade promotora ou parceira) a sua avaliação. Assim, a articulação entre as partes envolvidas no processo é imprescindível para a definição: do método; dos indicadores; da periodicidade da avaliação, bem como da responsabilidade de cada uma das partes.

Adequação de recursos físicos

Os novos centros educativos vieram colmatar muitas das carências que, apesar dos esforços desenvolvidos ao longo dos anos pelas diferentes entidades no sentido de uma melhor adequação e apetrechamento dos espaços, ainda se faziam sentir ao nível das instalações e equipamentos. No entanto a inadequação dos espaços ainda se faz sentir, em especial ao nível da AFD mas também nalgumas áreas de intervenção das Atividades Lúdico-Expressivas. As dificuldades/deficiências na quantidade e qualidade dos materiais são mais evidentes nas escolas mais isoladas/afastadas da escola-sede e, regra geral, com menos recursos.

A experiência adquirida ao longo dos anos aliada ao melhor apetrechamento das escolas e ao incremento da partilha entre PTT e técnicos gera uma maior e melhor rentabilização dos espaços e materiais. É de registar que, atualmente, a possibilidade dos técnicos requisitarem material para o desenvolvimento das atividades está prevista em muitos dos agrupamentos de escolas/escolas não agrupadas.

A permanência dos alunos em sala de aula durante um período de tempo demasiado longo tem sido um dos constrangimentos apontados às AEC. Com a criação dos novos centros educativos este aspeto foi bastante atenuado, no entanto ainda se verificam situações de inadequação dos espaços a que importa obviar.

Articulação entre parceiros

A articulação entre parceiros é um fator de primordial importância para o sucesso do programa. Tem vindo a cimentar-se ao longo dos anos e, neste momento, verifica-se uma preocupação por parte de todos os envolvidos em iniciar esta articulação numa fase inicial - elaboração do acordo de colaboração - acautelando, assim, dificuldades futuras e estruturando o trabalho com base nos conhecimentos e experiências de todos. Nos casos em que a entidade promotora se mantém inalterável foram já identificados, definidos e uniformizados os procedimentos o que facilita a comunicação e agilização de todos os procedimentos, minorando os problemas e facilitando a sua resolução.

Apesar do caminho já percorrido ainda se registam dificuldades de articulação entre os diferentes parceiros, falta de diálogo e trabalho desarticulado, o que origina uma menor rentabilização dos recursos e maior dificuldade na resolução/superação de problemas.

Integração de alunos com NEE

A integração dos alunos com NEE nas AEC, através do seu Projeto Educativo Individual (PEI), já se verifica na maioria das escolas. Regra geral o PTT, no início do ano letivo, reúne com o técnico para lhe dar as conhecer as necessidades específicas de cada aluno fazendo, ao longo do ano, o acompanhamento do processo (muitas das vezes de forma informal). Embora os técnicos tenham dificuldade nas primeiras abordagens a estes alunos têm uma grande preocupação na adaptação das

tarefas às suas especificidades procurando incentivar a sua participação em todas as atividades. No caso dos técnicos que já trabalham com estes alunos há mais tempo salienta-se o reconhecimento pela experiência e conhecimentos adquiridos. Também os professores de educação especial consideram que as AEC se podem traduzir em importantes ganhos pedagógicos para os alunos com NEE.

A participação dos alunos com NEE está, por vezes, condicionada pela falta de pessoal não docente. Esta situação pode traduzir-se em constrangimentos ao nível do trabalho a desenvolver pelos técnicos das AEC. Importa, ainda referir, o desfasamento temporal na elaboração e/ou atualização dos PEI que, nalguns casos não contemplam as AEC, condicionando a frequência destes alunos.

Envolvimento dos Pais/Encarregados de Educação

Os pais/encarregados de educação estão recetivos às AEC e manifestam reconhecimento pelas capacidades adquiridas pelos seus educandos. Em termos sociais este programa é considerado muito importante para as famílias.

Regista-se uma maior preocupação dos pais/encarregados de educação no que se refere à assiduidade e à adequação dos comportamentos dos seus educandos às AEC. Apesar das melhorias verificadas este é um aspeto onde é necessário continuar a investir. A integração das AEC no Regulamento Interno e a sua divulgação junto dos pais/encarregados de educação é uma das formas de minimizar estas ocorrências.

Embora a divulgação das AEC junto dos pais/encarregados de educação seja feita de forma muito diferenciada ela começa a ser uma realidade particularmente através das reuniões de início de ano letivo. Neste âmbito já se registam alguns exemplos de boas práticas. Alguns agrupamentos de escolas/escolas não agrupadas auscultam os pais/EE no sentido de identificar as suas preferências no que concerne ao horário das atividades dos seus educandos, o que facilita o processo promovendo uma melhor aceitação e gerando uma maior abertura e disponibilidade para colaborar. A colaboração é mais fácil e efetiva nas escolas de menor dimensão. Outros agrupamentos de escolas/escolas não agrupadas adotaram metodologias similares promovendo o envolvimento dos pais/encarregados de educação na seleção das atividades e nos horários a que as mesmas devem ter lugar.

Já no que diz respeito à avaliação da participação dos alunos nas AEC esta ainda é, muitas vezes, transmitida aos pais/encarregados de educação por via informal ou através de reunião com o PTT sem a presença dos técnicos.

Embora mais recetivos às AEC, a participação dos pais/EE no processo ainda não é expressiva e traduz-se fundamentalmente na presença em reuniões. A presença dos técnicos numa reunião de início de ano em que é feita a sua apresentação e, posteriormente, nas reuniões de avaliação tem-se revelado dinamizadora de uma maior aproximação entre os técnicos e os pais/encarregados de educação e de um maior reconhecimento do trabalho desenvolvido por estes profissionais.

Apesar dos diversos condicionalismos e realidades, a articulação entre os agrupamentos de escolas/escolas não agrupadas e os pais/encarregados de educação no que se refere às AEC tem-se vindo a cimentar mostrando maior maturidade, o que se traduz em maior adesão.

Aspetos pedagógicos

Integração Curricular

São muitos os Planos de Turma que já integram as AEC numa lógica de articulação e complementaridade. Para tal muito tem contribuído o acompanhamento e supervisão desenvolvidos pelos PTT ao longo do ano letivo bem como as interações entre estes e os técnicos das AEC. Estas sinergias têm potenciado a articulação e integração destas atividades no currículo formal dos alunos e contribuído, de forma decisiva, para a evolução positiva que se tem vindo a registar e que é uma realidade já visível na maioria dos agrupamentos de escolas/escolas não agrupadas.

Articulação horizontal

São já muitos os exemplos de boas práticas que, um pouco por todo o país, se registam nesta área. De facto, a articulação entre PTT e técnicos das AEC para planificação das atividades, em articulação com os Departamentos do 1.º ciclo, começa a ser uma realidade.

A produção de orientações para o desenvolvimento das AEC, estratégias de implementação/dinâmicas que contribuem para a boa consecução das mesmas, nomeadamente no que se refere à adequação ao respetivo ano/ciclo e mesmo tendo em vista a transição para o ciclo seguinte, é uma das estratégias a considerar para a consolidação do trabalho que tem vindo a ser desenvolvido.

Supervisão do PTT – dinâmicas de supervisão

O trabalho de supervisão desenvolvido pelos PTT ao longo do ano letivo, através de diferentes práticas de acompanhamento técnico/pedagógico, tem potenciado a articulação destas atividades com o currículo formal dos alunos bem como uma maior rentabilização dos recursos. Estas dinâmicas permitem ainda uniformizar estratégias e procedimentos face a cada realidade específica.

As dificuldades sentidas pelos diferentes intervenientes na conciliação de horários potenciam o recurso ao contacto informal e/ou à rentabilização das novas tecnologias.

São já notórios os casos de boas práticas na supervisão. De referir, a título de exemplo, o recurso, entre outros aspetos, a instrumentos de registos de avaliação definidos, envolvendo alunos e pais/ encarregados de educação, bem como a elaboração de relatórios globais por atividade e período.

O facto de um número significativo de técnicos das AEC ministrar a atividade em mais do que um agrupamento e não dispor, no seu contrato de trabalho, de horas para a participação em reuniões de articulação e avaliação traz dificuldades acrescidas a este processo.

Articulação com os Departamentos Curriculares

Embora já se verifique a participação dos professores do 2º ciclo na programação/planificação das atividades esta ainda é pouco estruturada não se traduzindo numa efetiva articulação. A dispersão geográfica das escolas do 1º ciclo face à escola sede e os horários dos técnicos das AEC são alguns dos fatores limitadores.

De salientar que os órgãos de gestão dos agrupamentos de escolas/escolas não agrupadas começam a estar sensibilizados para a necessidade de criar as condições que permitam o incremento da articulação vertical. Esta preocupação traduz-se na estruturação de alguns procedimentos que se pretendem geradores de sinergias.

Embora pouco significativa é de registar a existência de casos de boas práticas. O reconhecimento desta necessidade por parte dos intervenientes é já um fator positivo e o início do processo conjuntamente com a divulgação dos casos de boas práticas.

Integração das AEC nas dinâmicas de Escola

As AEC já conquistaram o seu espaço e, neste momento, já estão incluídas nos documentos internos da maioria dos agrupamentos de escolas/escolas não agrupadas. De registar o reconhecimento destas atividades como fazendo parte integrante da Cultura da Escola.

A participação dos técnicos das AEC, de forma mais ampla e estruturada, nos eventos promovidos pelas escolas tem potenciado o trabalho conjunto, permitindo dar a conhecer à comunidade educativa alargada o trabalho desenvolvido no âmbito das AEC e promovendo o seu reconhecimento bem como o dos técnicos que ministram as atividades.

Considerações Finais

As Atividades de Enriquecimento Curricular são consideradas focos de oportunidade para o desenvolvimento das capacidades dos alunos (atitudes, comportamento, capacidade de trabalho individual e em grupo, criatividade e iniciativa,...) bem como para o aumento/mudança dos seus conhecimentos e aptidões e melhoria dos métodos de estudo. Estes são aspetos que começam a ser visíveis e reconhecidos.

De salientar a motivação e o gosto dos alunos pelas diferentes ofertas com especial ênfase para as atividades de carácter mais lúdico. A diversificação de metodologias e práticas é um fator motivador e facilitador da transição para o 2º ciclo a par do contacto com outros “professores”.

A introdução das ALE potenciou uma maior diversidade das aprendizagens no âmbito das AEC, permitindo uma maior rentabilização de espaços e materiais. A possibilidade de rotatividade desta atividade fomenta um carácter mais lúdico à mesma, gerando maior motivação e empenho por parte dos alunos e permitindo uma melhor gestão dos técnicos a ela afetos.

A estabilidade dos técnicos das AEC é facilitadora do processo e gera uma maior qualidade do serviço prestado.

Existem ainda alguns focos de resistência particularmente no que se refere ao recurso à flexibilização dos horários. Este mecanismo pode ser uma mais-valia mas deve ser equacionado caso a caso envolvendo no processo os PTT e os pais/encarregados de educação. Também no que concerne às questões da assiduidade dos alunos é necessário continuar a investir na sensibilização/informação sobre esta matéria.

Regista-se uma maior abertura de todos os intervenientes para o diálogo e a melhoria das condições destas atividades. Este diálogo traduz-se, entre outros aspetos, na integração das atividades (ensino do Inglês, ensino da música, AFD mas também outras atividades de cariz mais diversificado e, por vezes, mais próximo dos interesses dos alunos) nos documentos internos dos agrupamentos de escolas/escolas não agrupadas; na procura de fazer corresponder o início das AEC ao das atividades curriculares o que potencia a sua programação/planificação e bom desenvolvimento e na melhoria da interação entre os diferentes intervenientes.

A forma estruturada e consolidada que a articulação horizontal começa a apresentar resulta, fundamentalmente, de um incremento, quantitativo e qualitativo, no âmbito da supervisão pedagógica, do maior envolvimento dos órgãos de gestão dos agrupamentos de escolas/ escolas não agrupadas e da experiência acumulada ao longo dos anos. Do processo de acompanhamento e auto avaliação salienta-se o reconhecimento, por parte dos órgãos competentes, da importância de envidar esforços para uma efetiva articulação vertical sendo esta um fator essencial ao aperfeiçoamento do programa.

As AEC começam a ser vistas como fazendo parte integrante das dinâmicas de escola, resultando numa maior adequação das atividades oferecidas ao contexto local e à faixa etária dos alunos.